

## Cultura política e geopolítica do conhecimento

Pedro Arthur de Miranda Marques Pontes  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro*  
*Rio de Janeiro - RJ*

**Resumo:** O presente artigo consiste em uma análise crítica do conceito de cultura política a partir da perspectiva da geopolítica do conhecimento. Conforme apontado, os problemas explicativos desse conceito têm ligação com a divisão internacional do trabalho acadêmico, em que universidades de países centrais definem modelos teóricos e metodológicos utilizados em países periféricos. A partir do momento em que se constata que a teoria reifica experiências sociais determinadas, é necessário reavaliar criticamente sua capacidade de dar conta de realidades sociais distintas daquelas em que foram produzidas.

**Palavras-chave:** Sociologia política. Geopolítica do conhecimento. Cultura política.

**Abstract:** This article consists of a critical analysis of the concept of political culture from the perspective of geopolitics of knowledge. As pointed out, the explanatory problems of this concept are linked to the international division of academic work, in which universities from core countries define the theoretical and methodological models used in peripheral countries. Once it is acknowledged that the theory reifies certain social experiences, it is necessary to critically reassess its ability to account for distinct social realities of those where they have been produced.

**Keywords:** Political sociology. Geopolitics of knowledge. Political culture.

### Introdução

O processo de produção do conhecimento cristaliza e reifica não apenas preocupações caras ao campo científico, mas também realidades sociais e questões políticas próprias de lugares e de tempos históricos. Desde meados do século XX – principalmente a partir de Foucault e do pós-estruturalismo – deixa de ser recomendável que se escreva qualquer tipo de história das ideias que não leve em consideração o contexto social que engloba a produção intelectual.

Contudo, mesmo esse tipo de contextualização não é de todo suficiente. Traçar a sociogênese de um conceito ou de um modelo teórico ajuda a entendê-lo melhor e a utilizá-lo de maneira mais crítica, mas é um procedimento que não explica isoladamente o processo de canonização

de uma obra, de um autor, e principalmente o porquê de autores oriundos de alguns lugares terem preferência em relação a outros. Em resumo: a construção do conhecimento e o processo de difusão, recepção e aplicação (ou mesmo sacralização) estão interligados na realidade, mas podem ser analiticamente isolados. Desse modo, torna-se necessária uma leitura geopolítica da difusão e aplicação de conceitos e métodos.

O objetivo do presente trabalho é analisar o processo de surgimento, desenvolvimento e aplicação do conceito de cultura política no âmbito das ciências sociais, para avaliar criticamente os estudos desse campo de pesquisa a partir da perspectiva da geopolítica do conhecimento. Escolhe-se esse recorte porque, pelo menos na bibliografia analisada, não se encontra nenhum exemplo de pesquisa que trace a relação entre os problemas explicativos da sociologia política e da ciência política que fazem uso desse conceito e a geopolítica do conhecimento<sup>1</sup>.

Partindo do pressuposto que a produção intelectual, nas ciências sociais, ocorre dentro de um modelo particular de divisão internacional do trabalho – caracterizado por Keim como modelo centro-periferia (KEIM, 2008) – busca-se a compreensão do impacto dessa divisão do trabalho sobre os estudos que se apropriam de fundamentos metodológicos e teóricos presentes em *The civic culture* (ALMOND E VERBA, 1963). Para cumprir com esse objetivo realiza-se um estudo de caso, em que se analisa tanto o contexto científico e político em que *The civic culture* (livro em que o conceito de cultura política tem a primeira definição sistemática) é produzido quanto as condições geopolíticas de sua difusão e circulação.

O texto a seguir está dividido em duas partes: na primeira, trata-se, com maior detalhe, o conceito de cultura política, sua formação e seus pressupostos teóricos. Nessa seção, o principal objetivo é explicitar a conjuntura acadêmica e histórica em que *The civic culture* é gestado, mostrando os autores e as escolas de pensamento com as quais Almond e Verba mantiveram diálogo. A seguir, discute-se a crítica proposta ao conceito de cultura política a partir da perspectiva da geopolítica do conhecimento. Conforme argumentado, tal perspectiva ajuda a compreender uma série de problemas explicativos ligados ao conceito em discussão.

---

<sup>1</sup> Embora existam trabalhos que tratam do problema da inadequação dos estudos sobre cultura política à explicação de realidades nacionais da periferia global (p.ex.: Hellman, 1980) o autor do presente trabalho desconhece autores que tenham traçado a relação entre essa inadequação e a distribuição internacional do poder no campo científico.

## **O surgimento do conceito cultura política**

O primeiro tratamento sistemático dado ao conceito de cultura política acontece em 1963, com a publicação da obra canônica desse campo de pesquisa – o livro *The civic culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba. Apesar de o termo aparecer em trabalhos clássicos da ciência política, tais estudos não apresentam uma visão exata dele. Entende-se a cultura política, em geral, como um conjunto de categorias residuais que explicam particularidades de determinadas sociedades, quando recortes econômicos e políticos não são suficientes para compreender a situação de um país (INGLEHART, 1988). Esse tipo de leitura é, recorrentemente, acusado de conter implicitamente algum grau de preconceito, na medida em que credita o funcionamento anômalo de instituições e mercados à características culturais inerentes à população dos países subdesenvolvidos – um procedimento conhecido na literatura sobre cultura política como *to blame the victim* (INGLEHART, idem, p.3).

Almond e Verba alteram esse quadro, tornando cultura política um objeto central para a compreensão de regimes políticos e para a explicação da estabilidade democrática. Seus estudos são basilares para uma série de pesquisas que avaliam em que medida diferentes culturas influenciam a existência de regimes democráticos eficientes e duradouros - quase sempre a partir do uso da metodologia comparativa.

Do ponto de vista acadêmico, o livro *The civic culture* insere-se no contexto de mudança de paradigma pela qual passam as ciências humanas após a Segunda Guerra Mundial. Esse período, marcado pelo domínio do behaviorismo, – sobretudo nas ciências sociais norteamericanas – sinaliza o processo em que a ciência política acentua sucessivamente, a separação da teoria política. Tal separação é possível, principalmente, quando a ciência política se consolida como disciplina com um objeto próprio, o Estado contemporâneo e sua componente política (COMISSÃO GULBEKIAN..., 1996, p. 36). Embora Verba afirme que a história intelectual do conceito de cultura política remete a pensadores clássicos como Platão, Aristóteles ou à Bíblia (o que em ambos os casos parece forçado), é preciso ter em vista o ambiente intelectual e político específico no qual se desenvolve a pesquisa sob análise.

Uma importante influência para o trabalho de Almond e Verba é a escola norte-americana da antropologia cultural articulada em torno dos ensinamentos de Franz Boas. Como afirmam Carneiro e Kuschnir:

Para a elaboração do conceito de *cultura política*, Almond e Verba inspiraram-se em trabalhos das mais diversas áreas de conhecimento, como a história, a filosofia, a antropologia, a sociologia e a psicologia, que se haviam dedicado ao estudo das dimensões subjetivas da política. Nesse universo, a principal referência é a chamada *Escola de Cultura e Personalidade* que se desenvolveu nos Estados Unidos no pós-guerra dos 20 até aproximadamente o final da década de 60. (CARNEIRO E KUSCHNIR, 1999, p. 228).

Assim, o conceito de cultura presente em cultura política define, grosso modo, comportamentos apreendidos no curso da vida do agente “[...] através de processos de transmissão de tradições e idéias, sem qualquer determinismo biológico.” (CARNEIRO E KUSCHNIR, *idem*, p. 228). Tal definição apresenta grande afinidade com a antropologia cultural norte-americana; contudo, *The civic culture* segue caminho diferente daquele tomado por autores como Ruth Benedict, Margaret Mead ou Edward Sapir – sobretudo no que diz respeito à metodologia de pesquisa.

Enquanto o viés antropológico utiliza o trabalho de campo para apreender aspectos de culturas em microcosmos específicos, Almond e Verba centram a atenção em nações inteiras:

[No] âmbito da Segunda Guerra Mundial, as concepções e métodos de pesquisa da Escola de Cultura e Personalidade passam a ser direcionados para os estudos de caráter nacional. É sobretudo esse desdobramento que exerce influência decisiva sobre o trabalho de Almond e Verba e, conseqüentemente, sobre sua definição de cultura política. Em comum entre as duas perspectivas está o objetivo de compreender como os indivíduos absorvem a cultura em que vivem. (ALMOND E VERBA, *idem*, p. 229).

Outra distinção entre a perspectiva inaugurada em *The civic culture* e a escola da antropologia cultural norte-americana é o modo com que é utilizado o método comparativo: se a antropologia, diretamente influenciada por Franz Boas, é marcada por desconfiança quanto ao uso da comparação como forma de construção de conhecimento científico<sup>2</sup>, essa ferramenta é essencial para a elaboração do estudo de Almond e Verba. Grande parte do projeto intelectual dos dois autores liga-se a sua escolha metodológica que, por sua vez, está atrelada à principal pergunta a que se propõem responder: que diferenças, em termos culturais fizeram com que determinadas democracias funcionassem melhor (tivessem maior duração, etc.) do que outras? A pesquisa os leva à conclusão que o modelo de cultura

---

2 Para entender a recusa de Boas à utilização do método comparativo, ver BOAS, 2004.

política existente nos Estado Unidos e na Inglaterra – a chamada *cultura cívica* – é mais adequada à democracia, possibilitando a maior estabilidade do regime. Nas palavras dos autores:

We are concerned in this book with a number of classic themes of political science: with what the Greeks called civic virtue and its consequences for effectiveness and stability of the democratic polity; and with the kind of community life, social organization, and upbringing of children that fosters civic virtue. [...] Our study will suggest that there exists in Britain and the United States a pattern of political attitudes and an underlying set of social attitudes that is supportive of a stable democratic process. (ALMOND E VERBA, *idem*, p. VII).

O livro não reflete preocupações puramente acadêmicas ou científicas. Sua publicação acontece no começo dos anos 60, durante um dos períodos mais tensos da Guerra Fria e em meio a uma nova onda de descolonização, que se espalha por partes da África e da Ásia, alterando significativamente a geopolítica global. O surgimento dos regimes totalitários, no período entre a I e a II Guerras Mundiais, estão diretamente ligados às questões políticas que dão origem ao livro<sup>3</sup>. Nesse contexto, os autores preocupam-se com as condições estruturais de existência da democracia, que identificam ser uma descoberta Ocidental que pode (e deve) ser espalhada para outras partes do mundo. Logo na primeira página do primeiro capítulo de *The Civic Culture*, Almond e Verba deixam claras as questões que animam a pesquisa:

[The] events since World War II raised questions of the future of democracy on a world scale. The ‘national explosions’ in Asia and Africa and the almost universal pressure by previously subjected and isolated peoples for admission into the modern world put this more special political question into the broader context of the future character of the world’s culture. Culture change has acquired a new significance in world history. The groping toward enlightenment and control over nature that acquired momentum three or four centuries ago in the West has become a world-wide process, and its tempo has shifted from centuries to decades. [...] The central question of public policy in the next decades is what content the emerging world culture will have. (ALMOND E VERBA, 1963, p.3).

A questão cultural é, portanto, considerada um fator muito importante na definição dos rumos dos processos de democratização. Com base nessa chave interpretativa, também é possível analisar em que medida países com regi-

---

3 Isso talvez explique por que Alemanha e Itália, juntamente com México, Estados Unidos e Inglaterra, são nações escolhidas para o estudo comparativo.

mes formalmente democráticos apresentam estabilidade em suas instituições – a estabilidade é função da capacidade dessas instituições em refletir práticas, representações e anseios da maior parte da população. Se a democracia encontra respaldo em valores culturais amplamente difundidos, é pouco provável que medidas de cunho totalitário sejam aprovadas e levadas a cabo, mesmo em momentos de crise profunda. Se, por outro lado, essa realidade não existe, é provável que soluções antidemocráticas surjam a partir do momento em que o regime não dá respostas imediatas a problemas políticos ou econômicos.

### **Geopolítica do conhecimento e cultura política**

O conceito de cultura política construído por Almond e Verba em *The civic culture* surge no momento em que a hegemonia das instituições norte-americanas acentua-se na comunidade científica internacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a geopolítica global é radicalmente alterada. Após a guerra, emergem duas superpotências, União Soviética e Estados Unidos e uma Europa – outrora o centro intelectual do Ocidente – destruída pelo combate. O domínio político e econômico dos Estados Unidos tem reflexos na expansão da influência dos círculos intelectuais e acadêmicos norte-americanos, que ocupam o centro das redes de instituições ligadas à produção e à divulgação do conhecimento científico – substituindo até certo ponto as instituições europeias.

Essa transição não é consequência, apenas, do mérito das instituições universitárias dos Estados Unidos ou do poderio econômico do país. Como Bourdieu e Wacquant afirmam em um clássico e polêmico artigo<sup>4</sup>, instituições filantrópicas estadunidenses financiam, diretamente, universidades e centros de pesquisa no Brasil e no mundo, incentivando o treinamento de cientistas sociais estrangeiros nos Estados Unidos. Por mais problemático que seja afirmar que existe uma relação direta e unilateral entre esse tipo de política e a imposição de uma agenda de pesquisa por parte dos norte-americanos, é preciso reconhecer os efeitos de tais políticas.

Keim caracteriza as relações entre universidades de países periféricos e as instituições similares em países centrais num modelo centro-periferia<sup>5</sup> (KEIM, 2008):

---

4 Ver BOURDIEU E WACQUANT, 1999.

5 Conquanto o processo de globalização altere, radicalmente, o panorama geopolítico no qual o esquema de divisão do mundo em centro e periferia faz sentido, a utilização dos termos se justifica nesse contexto na medida em que consiste em uma espécie de provocação à autoimagem que, em muitos momentos, as ciências sociais fazem de si mesmas – como um espaço social em que as clivagens são definidas por critérios neutros política, social e geograficamente.

The three-dimensional model that has been developed within dependency theory for the global expansion of capitalism [by Cardoso/Faleto] can be transposed to the domain of the social sciences, in only partial analogy, for sure, as we are dealing here not with material goods but with ideas, knowledge and discourses. [...] A developed sociology can thus be defined as a system of autonomous production, diffusion and accumulation of knowledge and discourses. Consequently, an underdeveloped sociology lacks one or several of the above mentioned characteristics. This first dimension, social-scientific development, is mainly determined by external factors such as availability of funding, scientific and higher education infrastructures. (KEIM, 2008, p. 24-25).

A autora ressalta que o desenvolvimento acadêmico tem uma autonomia relativa com relação ao econômico dos países e à disponibilidade de recursos materiais. Para confirmar, ela utiliza o exemplo de países como Japão e Austrália, que constituem corpos consistentes de instituições voltadas para a produção científica – nas quais circula grande quantidade de recursos – sem, contudo, abandonar sua situação de dependência com relação às principais universidades do eixo do Atlântico Norte (composto principalmente por França, Inglaterra e Estados Unidos).

Nesse sentido, a situação de dependência dá não apenas em consequência de uma carência em termos de recursos, mas também por conta da dificuldade de se produzir ciência social intelectualmente autônoma na periferia. Keim descreve aquilo que caracteriza o centro da produção intelectual nas ciências sociais, e define a periferia como aquilo que não apresenta as características do centro – descritas da seguinte maneira:

Centrality refers to internationally visible sociologies that enjoy prestige in the international community and that are recognized as the core of the discipline. This applies to their institutions and scholarly authorities, teaching programmes and degrees, prestigious journals and editing houses. Their particular position confers on them the power of setting the dominant topics of research and teaching, methodological and theoretical approaches, as well as meta-discourses. In other words, they establish what could be referred to as schools, paradigms, ideologies, etc. (KEIM, 2008, p. 26).

Connell adiciona a essa discussão questões relativas à divisão internacional do trabalho intelectual (CONNELL, 2012). Para ela, fazer teoria é uma prerrogativa do centro, e às sociologias periféricas cabe o papel de fornecer dados e aplicar teorias produzidas, principalmente, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. A teoria produzida nesse modo de divisão do trabalho, portanto, não é de todo capaz de dar conta de realidades existentes em países periféricos, na medida em que é fruto de experiências sociais específicas de países centrais. Connell, de certa maneira, segue algumas

colocações de H. Alatas, que critica a aplicação mecânica de conceitos, teorias, formas de pensamento e metodologias produzidas a partir da “[...] contribuição intelectual do Ocidente” (ALATAS, 2006, p. 9).

A partir do que foi dito até aqui, é possível elaborar um conjunto de críticas às aplicações do conceito de cultura política. A mais geral delas – que é uma espécie de matriz das demais – decorre do fato de o conhecimento produzido, no esquema acima descrito de divisão do trabalho acadêmico, não ser completamente capaz de dar conta de realidades sociais distintas daquela em que foi construído. Se o trabalho teórico é realizado em sua maior parte pelas instituições do Norte, é preciso ter em mente que a teoria produzida, dessa maneira, não pode ser aplicada de forma mecânica na periferia, na medida em que ela reifica experiências sociais particulares.

Contudo, muitos mal-entendidos e erros de avaliação e interpretação decorrem justamente dessa aplicação mecânica de conceitos, teorias e métodos. O caso de *The civic culture* se adequa àquilo que Abdel-Malek chamou de estudos comparativos formais-reducionistas (ABDEL-MALEK, 1977, p.4). Esse tipo de pesquisa, grosso modo, extrai variáveis que sirvam como parâmetro de comparação para sociedades radicalmente diferentes entre si. Embora pareça que elas são realizadas sob grande rigor científico – sobretudo pelo uso de sofisticados métodos quantitativos, que normalmente mascaram fraquezas teóricas e epistemológicas -, o que acontece é que as variáveis selecionadas para a comparação estão normalmente ligadas a parâmetros e valores eurocêntricos, os quais servem como forma de avaliação do resto do mundo.

Esse tipo de comparação produz graves problemas interpretativos, que se repetem também nos trabalhos de autores de países periféricos. Hellman, por exemplo, tem um levantamento bibliográfico em que cita uma grande quantidade de artigos e livros que, na década de 1980, explicam a existência do autoritarismo no México como um resultado da incapacidade das massas de se organizarem politicamente e resistirem aos ditames das elites. Esses estudos ignoram os movimentos sociais de contestação que existem no país, expondo uma imagem daquela cultura que não se coaduna à realidade (HELLMAN, 1980).

Outro problema é que o conceito *cultura política* é entendido aqui como um conjunto de orientações mais ou menos estáticas e gerais e não como um espaço de conflito e de visões de mundo que muitas estão em radical contraposição. O fato de os estudos desse campo serem em grande parte produzidos em lugares distantes dos países analisados (normalmente, pesquisadores de países periféricos constroem o banco de dados, que são analisados em universidades da Europa ou dos Estados

Unidos com os quais têm relações de parceria) certamente tem algo a ver com esta falta de sensibilidade analítica: a cultura política é entendida como a média das orientações políticas da população de um país, e é a partir dessa média que nações diferentes se tornam casos a serem comparados. Essa perspectiva mascara diferenças essenciais, deixando de lado os processos sociais e históricos que produzem a forma com que diferentes grupos lidam com o Estado e com as instituições democráticas.

### **Considerações finais**

Conforme demonstrado, a teoria e os conceitos em ciências sociais estão longe de incorporar o resultado neutro de reflexões comprometidas apenas com o avanço da ciência e com a explicação/compreensão de dadas realidades. A produção do conhecimento é, na verdade, um processo que reifica experiências sociais específicas. Além disso, ele se dá no interior de um modelo de divisão internacional do trabalho acadêmico em que a teoria é constituída em instituições da Europa Ocidental (principalmente França e Inglaterra) e dos Estados Unidos – que são o centro da comunidade científica – e no qual a prática da ciência nas localidades periféricas é dependente, na medida em que aplica e absorve teorias e métodos que normalmente não são feitos por pesquisadores locais.

O conceito de cultura política não escapa a essa realidade. Conforme mostrado na segunda seção, ele é lapidado no contexto dos Estados Unidos da década de 1960, época em que a Guerra Fria conhece seu auge. Também é moldado dentro da conjuntura acadêmica da época – marcada entre outras coisas pelo domínio do behaviorismo e da antropologia cultural – e no âmbito de preocupações políticas particulares dos norte-americanos. É difícil, por exemplo, imaginar que *The civic culture* não abarque, juntamente com as questões sociológicas que levanta, outras tantas, como, por exemplo, prever em que medida a existência de culturas políticas pouco afeitas à democracia liberal resulta no apelo à revolução e ao comunismo.

Contudo, essa leitura não é suficiente para que se compreenda os motivos pelos quais o conceito – e o pacote teórico e metodológico que normalmente vem junto com ele – é aplicado (muitas vezes de maneira mecânica) à realidades sociais distintas daquela em que é produzido. Assim, utiliza-se uma parte das discussões da geopolítica do conhecimento para explicar a presença do conceito de cultura política em estudos sociológicos e políticos sobre realidades de países periféricos. A partir disso, realiza-se críticas a tais estudos, que ligam seus problemas teóricos à questão da distribuição do poder no campo das ciências sociais.

## Referências Bibliográficas

ABDEL-MALEK, A. Meaningful Social Theory: the cross-civilizational perspective, *Current Sociology*, v. 22, p. 177-188, 1974.

ALATAS, S. H. The Autonomous, the universal and the future of sociology, *Current Sociology*, 54 (1): 7-23, 2006.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BOAS, F. As limitações do método comparativo em Antropologia. In: CASTRO, C. (org.) *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOURDIEU, P. & WACQUANT, L. On the cunning of imperialist reason. *Theory, Culture & Society*, vol. 16, nº 1, p. 41-58, 1999.

CARNEIRO, Leando Piquet; KUSCHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos históricos*, v. 24, 227-250, 1999.

COMISSÃO GULBEKIAN PARA A REESTRUTURAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS. *Para abrir as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1996.

CONNELL, R. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.27, n. 80, p. 09-20, 2012.

HELLMAN, J. A. Social control in Mexico. *Comparative Politics* v. 12, n. 2 , p. 225-242, 1980.

INGLEHART, R. The renaissance of political culture. *The American Political Science Review*, v. 82, n. 4, p. 1203-1230, Dec. 1988.

KEIM, W. Social sciences internationally: The problem of marginalisation and its consequences for the discipline of sociology". *African Sociological Review*, 12 (2): p. 22-48, 2008..